**GRUPO DE ENSINO EM PESQUISA E INOVAÇÃO (GEPI)**

**MANUAL DE PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA NOS TRIBUNAIS ELEITORAIS**

**ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV DIREITO SP)**

**Descrição e equipe**

ADAPTAR

DIZER DOS DOIS EPEDS

**BASES ELETRÔNICAS DE DADOS DOS TRIBUNAIS: DIFICULDADES DE PESQUISA EMPÍRICA NA JUSTIÇA ELEITORAL**

**Palavras-chave:** justiça eleitoral; pesquisa de jurisprudência; seleção.

No curso de pesquisa cujo objetivo principal consiste em quantificar e analisar o teor das decisões e dos processos a respeito de remoção de conteúdo digital pela Justiça Eleitoral, enfrentaram-se dificuldades de ter acesso às decisões acerca do tema e às informações sobre o andamento dos processos. Constata-se uma variação acentuada entre o que os sistemas de busca de jurisprudência e de acompanhamento processual aparentam e o que realmente realizam.

A Justiça Eleitoral apresenta por meio de base unificada (disponível tanto no site do TSE quanto nos dos TREs) possibilidade de pesquisa de jurisprudência por diversos meios, seja por decisões colegiadas/monocráticas, judiciais/administrativas, por pesquisa livre/campos específicos, tanto do acervo produzido pelo TSE quanto dos TREs. Entretanto, em diversos testes realizados constatou-se que o acervo é alimentado por cada Tribunal à sua maneira, não correspondendo à padronização que aparenta, revelando deficiências em diversas ferramentas de busca e dificuldades de acesso à totalidade das decisões.

De outro lado, para obter informações sobre o andamento dos processos e para sanar as deficiências da pesquisa realizada no sistema de busca de jurisprudência realizamos outros testes no sistema de “acompanhamento de processos” (base de dados alternativa identificada também por Veçoso *et al*, 2014) com busca por datas, partes etc., mas alguns processos (sem sigilo) não foram encontrados. Outras falhas foram constatadas pelos testes, como a ausência de sincronização automática entre dados das sessões “pesquisa de jurisprudência” e “acompanhamento de processos”.

Diante das dificuldades encontradas e para sistematizar o conhecimento sobre ambas as bases de dados, está sendo elaborado um conjunto de critérios de análise tanto do sistema de busca de jurisprudência (baseando-se parcialmente em Veçoso *et al* 2014) quanto do sistema de acompanhamento processual (aproveitando-se a experiência do projeto Supremo em Números, da FGV/RJ). Com base nesses critérios, será enviado questionamento ao TSE pelo Sistema de Informação ao Cidadão (Lei n. 12.527/11) sobre a estruturação das bases de dados, indagando, por exemplo, se o acervo digital contém todas as decisões de instância superior, em caso negativo, como e sob quais critérios as decisões são selecionadas.

Para sanar as dificuldades da pesquisa original combinamos jurisprudência, acompanhamento de processos, notícias e contato com as principais interessados, compilando os casos encontrados e eliminando suas duplicidades.

Assim, diante da pesquisa incidental, que ora se apresenta, pretende-se sistematizar um conjunto de critérios para análise das bases de dados de busca de jurisprudência e de acompanhamento processual, aplicando-os TSE para revelar as deficiências de seu acervo digital.

**Referências**

VEÇOSO, Fabia Fernandes Carvalho; PEREIRA, Bruno Ramos; PERRUSO, Camila Akemi; MARINHO, Carolina Martins; BAINSKI, Daniel Bernardes de Oliveira; WANG, Daniel Wei Liang; GUERRINI, Estela Waksberg; PALMA, Juliana Bonacorsi de; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. A pesquisa em direito e as bases eletrônicas de julgados dos tribunais: matrizes de análise e aplicação no Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. *In:* Revista de Estudos Empíricos em Direito. Vol.1, n. 1, jan 2014, p. 105-139.

Alexandre Pacheco Silva

Diogo Rais Rodrigues Moreira

Nikolay Henrique Bispo

Victor Luccas Nóbrega

**SUMÁRIO**

[**I – Introdução ao Projeto** 3](#_Toc483214546)

[**II – Conhecendo o sítio do TSE e a funcionalidade dos seus instrumentos de busca de documentos** 4](#_Toc483214547)

[**A – Opção pesquisa e o Sistema de Jurisprudência (SJUR)** 6](#_Toc483214548)

[**B – Opção inteiro teor e o sistema Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (ITAR)** 12](#_Toc483214549)

[**III – O manual aplicado** 19](#_Toc483214550)

# **I – Introdução ao Projeto**

O objetivo deste manual é apresentar algumas funcionalidades conhecidas, do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – como fonte de pesquisa de decisões judiciais –, a partir da experiência metodológica que adquirimos durante a pesquisa intitulada “JUSTIÇA ELEITORAL E CONTEÚDO DIGITAL NAS ELEIÇÕES 2014”.

A pesquisa “JUSTIÇA ELEITORAL E CONTEÚDO DIGITAL NAS ELEIÇÕES 2014” teve como objetivo **descrever e analisar a atuação jurisdicional da Justiça Eleitoral diante de questionamentos referentes a conteúdo digital eleitoral**.

Com o presente Manual, buscamos de alguma forma auxiliar pesquisadores, advogados, magistrados, promotores e sociedade civil a conhecerem e potencializarem o sistema de busca de casos no TSE.

As principais ferramentas de ensino que utilizamos, para conseguir otimizar as nossas buscas, foram: a Lei de Acesso à Informação para entender o preenchimento dos dois principais bancos de dados do TSE; a realização de testes no próprio sítio e monitoramento das respostas; a utilização de informações dispostas no próprio sítio do TSE, como o Tesauro e o FAQ

A seguir sistematizamos essas informações nos seguintes tópicos: *II – Conhecendo o sítio do TSE e a funcionalidade dos seus instrumentos de busca de documentos*: apresentamos a funcionalidade do sítio do TSE e o caminho para chegar até a pesquisa de documento de casos; apresentamos as principais nuances das duas bases de dados do TSE e como potencializar a busca pelos dois mecanismos. *III – O manual aplicado:* apresentamos, de maneira sintética, como foi realizada a nossa pesquisa.

# **II – Conhecendo o sítio do TSE e a funcionalidade dos seus instrumentos de busca de documentos**

O sítio do TSE possui diversas funcionalidades que permitem acesso a um amplo rol de informações da instituição e das atividades que essa realiza.

Para àqueles que realizam pesquisas na área de direito eleitoral para fins acadêmicos, advocatícios ou informativos, há a possibilidade de acessar informações relacionadas a(o):

* **Instituição:** quem são os ministros do tribunal; as respectivas agendas desses; conhecer a história do TSE; entre outras informações relacionadas à instituição TSE.
* **Área Jurídica:** Jurisprudência do TSE e dos Tribunais Regionais, sendo que as decisões podem ser acessadas de maneira sistematizada (por assunto; julgamentos históricos; jurisprudência por assunto; súmulas; informativo; pesquisa por inteiro teor); Legislação, em que é possível acessar de maneira organizada e sistematizada pelo TSE as principais regulações (leis, provimentos, regimento interno) relacionadas ao Direito Eleitoral; outras funcionalidades podem ser utilizadas principalmente por aqueles que atuam nesse órgão.
* **Eleições:** informações diversas a respeito das últimas eleições realizadas, incluindo-se estatísticas das eleições.
* **Eleitor:** informações para que os cidadãos tenham conhecimento de questões frequentes para o devido exercício dos seus direitos políticos.
* **Transparência**: informações diversas quanto às atividades do órgão.

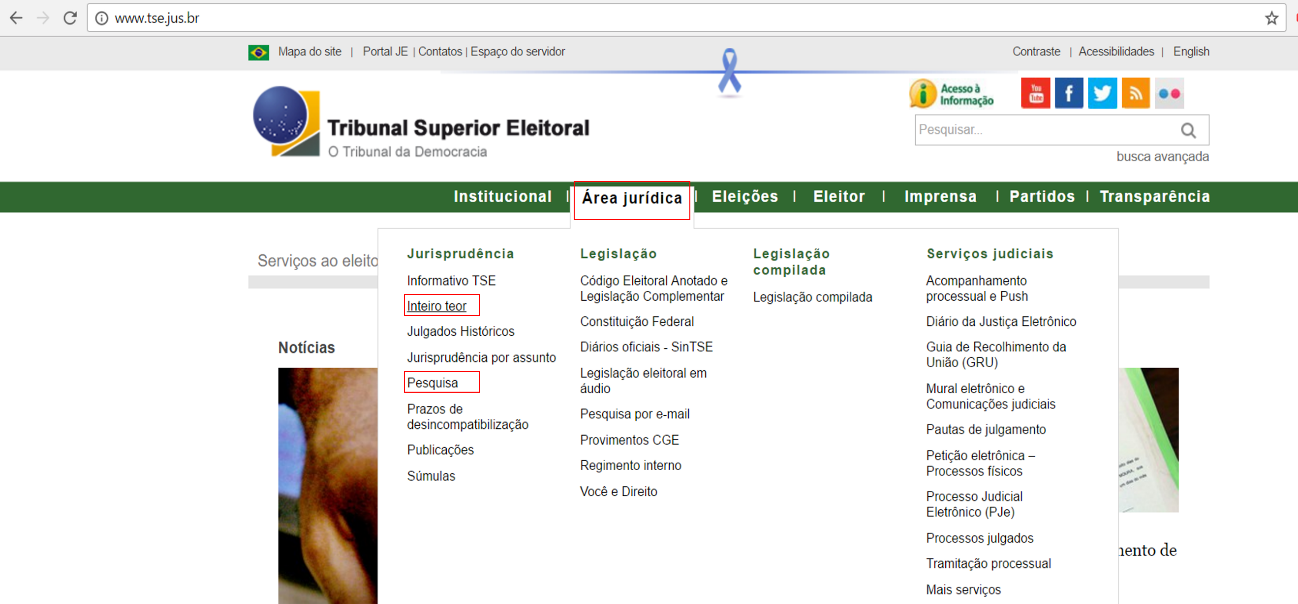
Destaca-se que essa é uma sistematização das principais funções do sítio do TSE, mas não o exaurimento dessas. Os tópicos aqui apresentados são os próprios menus disponíveis na página inicial do sítio do TSE, que fica disponível em: <http://www.tse.jus.br/>

A seguir, apresenta-se como estão dispostos esses menus:



Este manual apresenta em maior detalhe a utilização de duas ferramentas, que estão disponíveis na opção **“área jurídica”** e servem como mecanismos de busca de jurisprudência no TSE. Trata-se das ferramentas “**pesquisa**” e “**inteiro teor**”. Cada ferramenta realiza a busca de jurisprudência em diferentes bases de dados eletrônicas, denominadas, respectivamente, SJUR – Sistema de Jurisprudência e ITAR – Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções.

A seguir, apresenta-se quadro ilustrativo do caminho a percorrer para acessar a essas ferramentas:



## **A – Opção pesquisa e o Sistema de Jurisprudência (SJUR)**

A primeira ferramenta que apresentamos em maior detalhe é a “**pesquisa**”. Essa ferramenta é designada como pertencente ao Sistema de Jurisprudência (SJUR) e está sob responsabilidade da Seção de Pesquisa e Jurisprudência[[1]](#footnote-1).

A principal diferença entre as duas ferramentas está na composição da base de dados de cada uma. O SJUR é composto por “acórdãos, resoluções, decisões colegiadas sem resolução e decisões monocráticas **selecionadas** dentre as emanadas pelo Tribunal” (TSE, 2016)[[2]](#footnote-2). Portanto, trata-se de um banco de dados com documentos selecionados conforme critério específico da Seção de Pesquisa de Jurisprudência do TSE. Isso significa que no SJUR não é possível encontrar todas as decisões emanadas pelo TSE ou pelos Tribunais Eleitorais.

É necessário ter em perspectiva o limite dessa ferramenta que é alcançar, dentro de um universo delimitado pelo próprio TSE, documentos pesquisados conforme os termos de buscas. O objetivo desta seleção é fornecer aos usuários uma amostra do posicionamento do Tribunal a respeito de diversos temas. Dado o grande volume de decisões, a base selecionada pode facilitar o acesso à informação que se deseja[[3]](#footnote-3).

Colocados os pontos acima, é possível apresentar o potencial dessa ferramenta de busca.

Ao total, essa ferramenta possui oito opções de preenchimento para busca de documento(s) específico(s). Essas opções podem ser utilizadas individualmente ou em conjunto, permitindo a otimização da busca.

As opções são:

1. **tribunal** – opção de que a busca seja feita entre todos os tribunais eleitorais ou apenas um deles (tribunais de cada estado mais o TSE).
2. **pesquisa livre** – coloca-se uma ou mais palavras-chave, e é feita busca, dentro da base de dados do SJUR, de documentos que contenham as palavras indicadas.

Essa é a opção mais ampla, aconselha-se que pesquisas exploratórias sejam realizadas desse modo.

Dentro dessa opção ainda há a possibilidade da utilização de sete botões:

* “**e**”: se acionado o aditivo, entre as palavras-chave desejadas, é feita uma busca em todo o documento procurando e retornando **apenas** documentos que **contenham ambas as palavras indicadas**. Por exemplo: inelegibilidade **E** improbidade.
* “**ou**”: se acionado o alternativo, entre as palavras-chave desejadas, é feita uma busca em todo o documento procurando e retornando apenas documentos que **contenham** **uma das palavras indicadas**. Por exemplo: inelegibilidade **OU** improbidade.

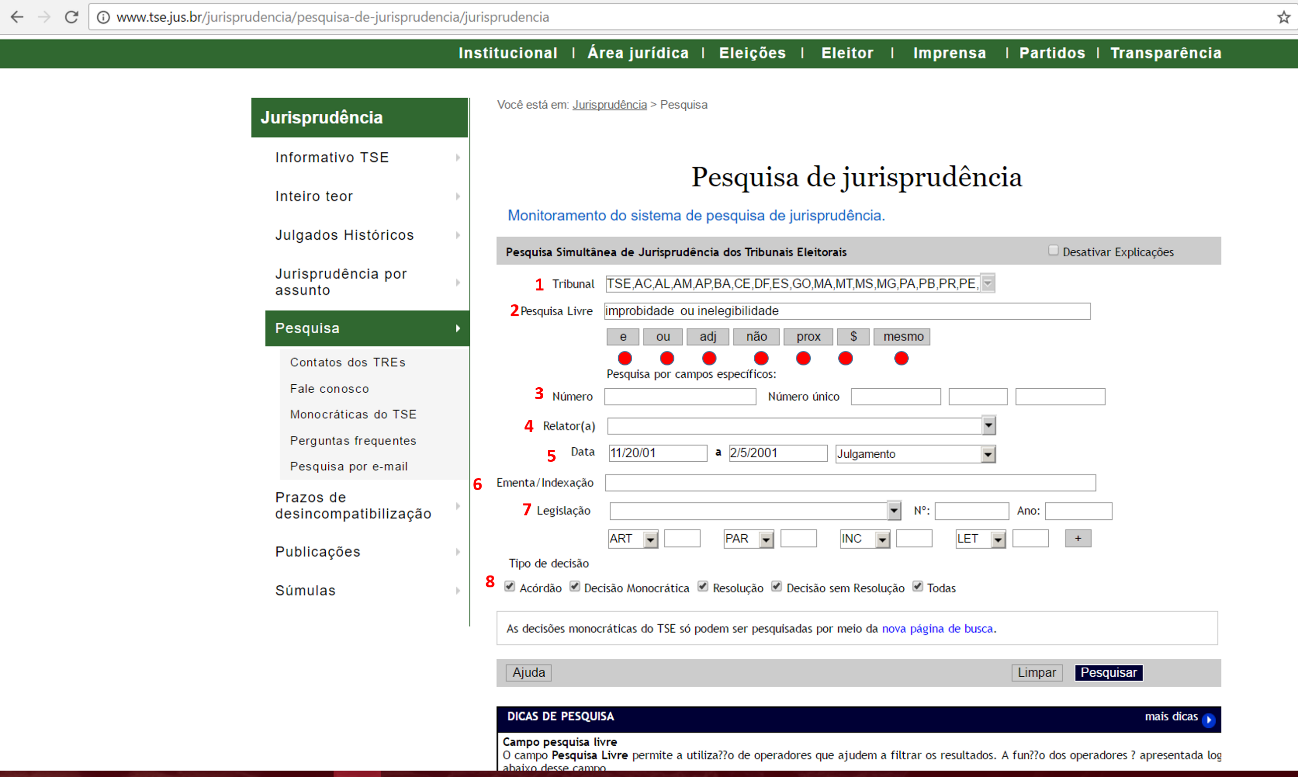
Portanto, a diferença entre a opção aditivo e a alternativo é que esta não deve retornar documentos que tenham ambas as palavras indicadas, mas apenas aqueles que tenham, alternativamente, uma das duas. Indica-se que ainda pode ser utilizada a opção de parênteses somada à opção aditivo devendo otimizar a busca.

Por exemplo: inelegibilidade **e** **(**improbidade **OU** suspensão**)**. Nesse último exemplo será feita busca por documento que tenha, necessariamente, “inelegibilidade” mais uma das palavras indicadas (improbidade ou suspensão), alternativamente. Portanto, a ferramenta retornaria documentos que contivessem “inelegibilidade e improbidade” ou “inelegibilidade e suspensão”.

* “**adj**”: se acionada a opção adjunto, entre as palavras-chave desejadas, deve ser feita uma busca em todo o documento procurando e retornando apenas documentos que **contenham ambas as palavras indicadas na proximidade desejada**. Por exemplo: “inelegibilidade **ADJ2** improbidade”. Irá ser feita uma busca pela expressão “inelegibilidade X improbidade”, onde X pode ser qualquer palavra que esteja entre esses termos.
* “**não**”: se acionada a opção negativa, entre as palavras-chave desejadas, o sistema deve fazer uma busca em todo o documento procurando e **retornando apenas documentos que não contenham o termo indicado.** Por exemplo: “inelegibilidade **NÃO** improbidade”. Será feita uma busca pela expressão “inelegibilidade”, mas só retornará documentos que não tenham citado “improbidade”.
* “**prox**”: se acionada a opção próximo, entre as palavras-chave desejadas, o sistema deve fazer uma busca em todo o documento procurando e retornando apenas documentos que apareçam as palavras dentre a distância indicada entre os termos. Essa opção é similar ao adjunto (ADJ), a diferença está em que o ADJ retorna documento que tenham a expressão indicada naquela distância exata (“inelegibilidade ADJ2 improbidade”), enquanto o PROX retorna documento que tenha a expressão até a distância indicada. Por exemplo: “inelegibilidade **PROX3** improbidade”. Será feita uma busca pela expressão “inelegibilidade” e retornará documentos que tenham citado “improbidade” em uma distância de até 3 palavras (ou seja, a distância pode ser menor), não se limitando a selecionar o documento em que a distância seja de exatamente 3 palavras.
* “**$**”: a opção cifrão substitui o prefixo ou sufixo da palavra, mas mantém o radical. Com esta opção o sistema deve fazer a busca da variação do radical indicado. Acionado este botão, a parte da palavra que ficar anteriormente a ele será o radical. Por exemplo: ineleg**$**. Irá ser feita uma busca pela expressão “ineleg” e suas variações, como “inelegível; inelegibilidade” e retornará os documentos que contenham todas essas variações.
* “**mesmo**”: essa opção irá buscar dentro do mesmo campo da pesquisa (nas partes do documento[[4]](#footnote-4)) as palavras indicadas. É muito similar ao ADJ, mas sem limitação de proximidade. Por exemplo: inelegibilidade **MESMO** improbidade. O sistema deverá fazer uma busca pela expressão “inelegibilidade” e “improbidade”, no mesmo campo do documento e retornará apenas documentos que correspondam a essa demanda.

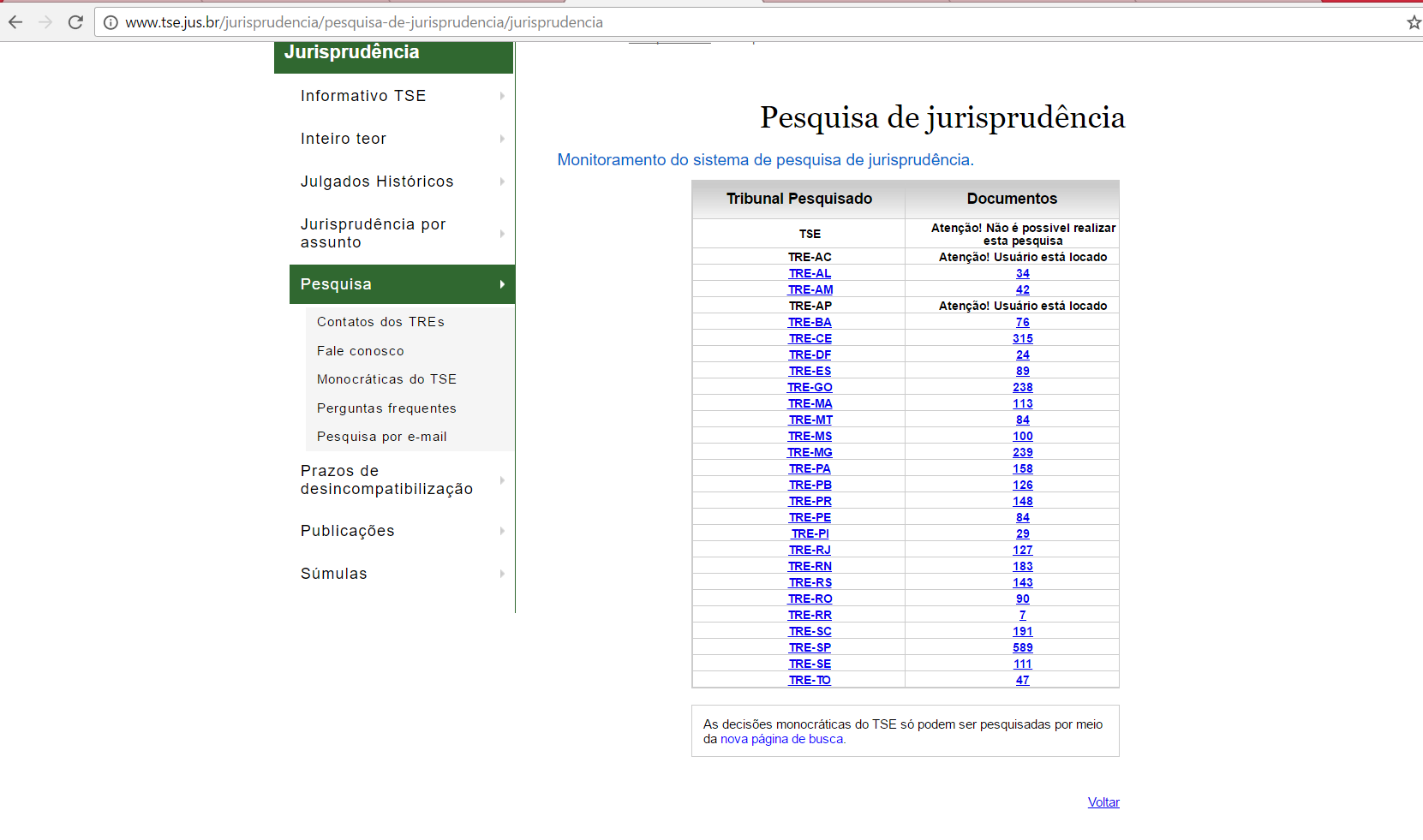
1. **número** – Embora seja autoexplicativo em razão do título, vale mencionar que se refere à possibilidade de ser feita a busca diretamente pelo número do processo.
2. **relator** – essa opção pode ser conjugada com outras, para que só retornem documentos que tenham como relator determinado ministro ou desembargador.
3. **data** – pode ser estabelecido termo para a busca. Assim, o sistema deve retornar documentos dentro do termo (lapso) indicado. Por exemplo, pode ser indicado como termo inicial 1/1/2001 e termo final 2/5/2001. Esse termo é aplicável tanto para a opção “data da decisão” quanto “data da publicação”.
4. **ementa/indexação** – realiza as mesmas opções que o campo “pesquisa livre”, mas apenas limitando a busca a partes dos documentos, sendo essas partes a ementa da decisão e as informações disponibilizadas na indexação.
5. **legislação** – nesse campo pode ser indicada a legislação que se busca nos documentos. Nessa opção deve ser selecionado o tipo de legislação, o número e ano (eventualmente), e ainda podem ser adicionadas especificidades dessa legislação (artigo, parágrafo, inciso...)
6. **tipo de decisão** – podem ser selecionados os tipos de documentos que está se buscando, variando entre acórdão, decisão monocrática, decisão sem resolução ou todas as opções.

A tela de seleção das opções pode ser encontrada na figura abaixo.



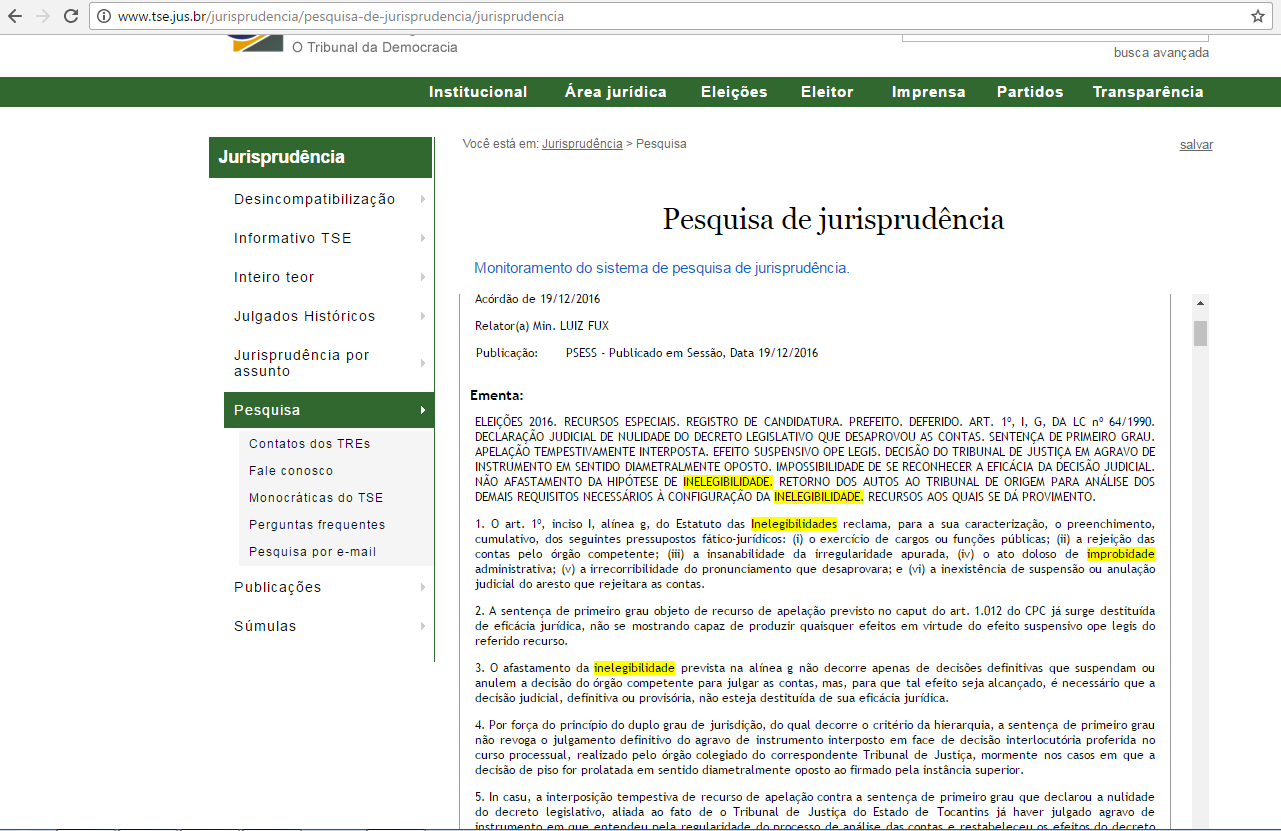
Feita a busca conforme a pesquisa que se pretende, o sítio irá carregar uma nova página com números indicativos da quantidade de documentos localizados. Lembrando que o sistema pode retornar apenas casos do TSE (se essa for a opção selecionada) ou de outros Tribunais.

Para fins ilustrativos:



Verifica-se que, na simulação acima, foi selecionada a opção de todos os tribunais e o retorno foi significativo para a maioria dos casos. Mensagens específicas de erros podem aparecer e dependendo da mensagem indicamos que a pesquisa seja refeita em outro dia ou horário, pois pode haver instabilidade no sistema. Se o erro persistir, recomenda-se que seja enviado e-mail para o Setor de Jurisprudência do TSE, no endereço de e-mail: [seidi@tse.jus.br](mailto:seidi@tse.jus.br) , conforme apresentado pelo próprio órgão em seu sítio.

Para obter os documentos é necessário clicar nos números que retornaram. Cada número abrirá uma nova página contendo todos os documentos do respectivo Tribunal. Recomenda-se, diante dessa situação, que seja aberta uma nova página para cada tribunal, clicando em cima do número com o botão direito do mouse e selecionando a opção “abrir link em uma nova guia” ou em “abrir link em uma nova janela”. A título de ilustração, segue imagem abaixo, apresentando como retornam os documentos:



## **B – Opção inteiro teor e o sistema Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (ITAR)**

A segunda ferramenta que apresentamos é a do “**inteiro teor**”. Essa opção é designada como pertencente ao sistema Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (ITAR).

A principal diferença entre esta opção e a anterior é a documentação disponibilizada. Na opção “**inteiro teor**” são disponibilizados todos os documentos referentes a decisões colegiadas e Resoluções, não sendo feita seleção prévia de quais acórdãos devem entram no banco[[5]](#footnote-5).

Portanto, todos os documentos remetidos ao setor de Seção de Protocolo Administrativo e Expedição são disponibilizados (em regra). Diferente do SJUR, em que são selecionados documentos (decisões monocráticas, resoluções, acórdão e decisão sem resolução) que serão disponibilizados para busca. E tem como setor responsável a Seção de Pesquisa e Jurisprudência[[6]](#footnote-6).

Como irá ser apresentado a seguir, o sistema do ITAR é mais simples, em termos de busca, o que pode reduzir o âmbito de alcance da pesquisa almejada. Portanto, o ideal, a depender do tipo de pesquisa, é realizar uma pesquisa que cumule a utilização de ambos os bancos de dados, para que se consiga uma resposta mais próxima do ideal.

O ITAR possui oito opções de busca, que podem ser selecionadas conjuntamente ou individualmente.

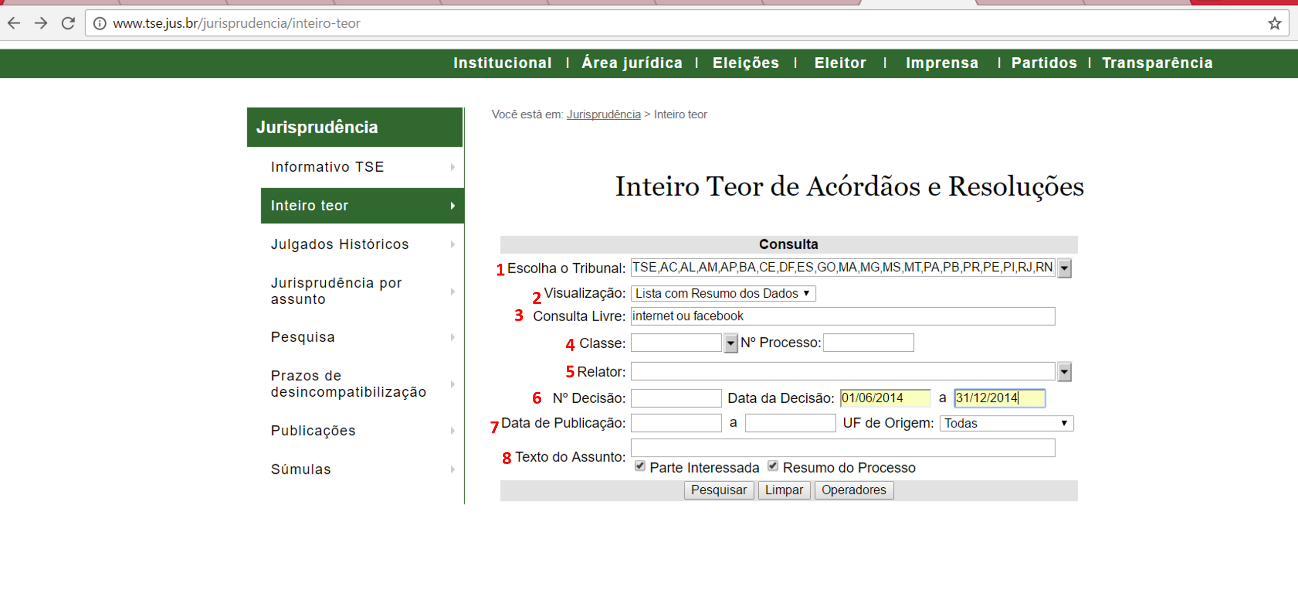
As opções são:

1. **tribunal** – pode-se escolher todos os tribunais eleitorais ou apenas um deles (tribunais de cada estado mais o TSE).
2. **visualização** – pode-se escolher se deseja a opção de ver apenas uma lista com a quantidade de documentos disponíveis, ou se deseja ter acesso a todos os dados desses casos.
3. **consulta livre** – similar ao campo “pesquisa livre” do SJUR e é possível utilizar as mesmas ferramentas de expansão da busca, apesar de não estar expresso isso. Para evitar repetições, apenas cita-se os conectivos disponíveis:

* “**e**”;
* “**ou**”;
* “**adj**”;
* “**não**”;
* “**prox**”;
* “**$**”;
* “**mesmo**”.

1. **relator** – essa opção pode ser conjugada com outras, para que só retornem documento que tenham como relator um determinado ministro indicado.
2. **no** **Decisão e data** – indicar do número da decisão buscada.
3. **Data** **da decisão** –Busca pela data em que foi proferida a decisão ou realizado o julgamento. Definidas as datas, o sistema retornará documentos dentro do termo (lapso) indicado. Por exemplo, pode ser indicado como termo inicial 01/01/2001 e termos final 02/05/2001.
4. **Data** **da publicação** – Busca pela data em que foi publicado o documento no Diário da Justiça Eletrônico. Definidas as datas, o sistema retornará documentos dentro do termo (lapso) indicado. Por exemplo, pode ser indicado como termo inicial 01/01/2001 e termos final 02/05/2001.
5. **texto do assunto** – realiza as mesmas opções que o campo “consulta livre”, mas apenas limitando a busca à parte do documento que traz a especificação do assunto tratado.

Essas opções podem ser ilustradas na figura abaixo.

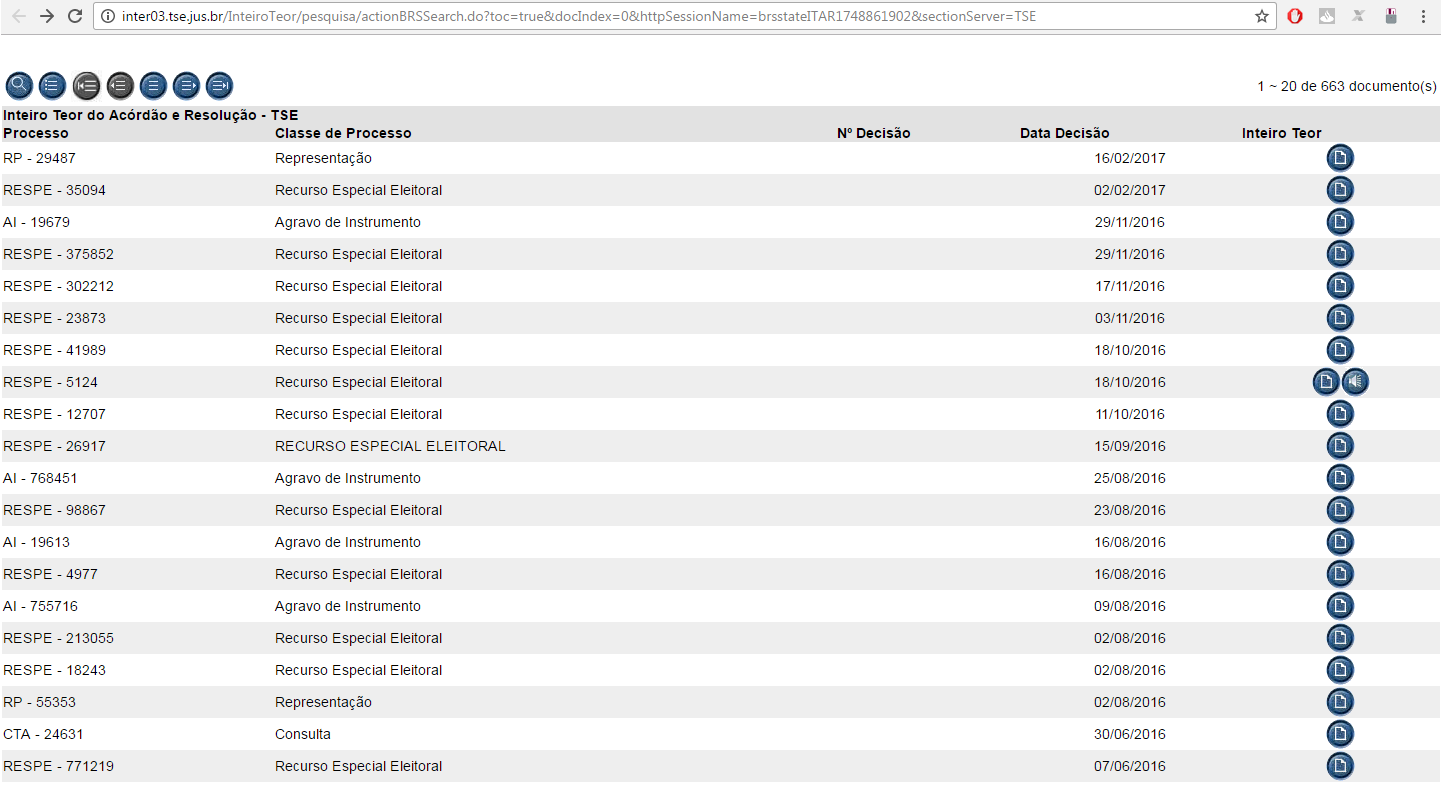


Assim como no SJUR, ao clicar no botão “pesquisar” o sítio irá redirecionar para uma página com uma lista de resultados, os quais, para serem acessados, deve ser clicado no “nome do tribunal” para que se abram os documentos. O acesso, portanto, é diferente do SJUR, em que deve ser realizado o clique em cima dos números apresentados.

Para fins ilustrativos:



A tela que retorna, ao clicar na opção citada, é diferente da ferramenta SJUR, pois os acórdãos e resoluções voltam em lista, apenas indicando o número desses; não se apresentando o documento inteiro[[7]](#footnote-7). Portanto, é necessário clicar na opção desejada, baixar o arquivo, para então ter acesso ao inteiro teor do documento. Para fins ilustrativos:



***C. RECOMENDAÇÕES PARA A PESQUISA***

Como destacado, os documentos na opção SJUR podem ser analisados de imediato, no próprio sítio, pois ficam configurados para serem exibidos online; e os documentos da opção ITAR apenas podem ser baixados[[8]](#footnote-8).

Essa é uma medida sempre recomendada, uma vez que os padrões de busca podem ser alterados facilmente e a quantidade de documentos também. Isto porque, essas bases são constantemente alimentadas, e não necessariamente de maneira cronológica. Por conta disso, caso refaça a mesma pesquisa (colocando as mesmas opções, inclusive de data), os resultados poderão ser diferentes.

Outro indicativo que se faz, é de anotar todo o passo-a-passo realizado para chegar até o número de casos, para que seja possível reproduzir esse caminho tanto pelo próprio usuário, caso necessário, quanto por terceiros.

A forma de tratamento desses dados pode ser feita de forma variada, de acordo com os objetivos da pesquisa. Pode-se utilizar uma planilha em programa de computador para tabulação dos dados que se acredita serem os principais, e que poderão responder às perguntas da pesquisa almejada. Assim como podem ser feitos documentos de fichamento, onde serão preenchidas informações importantes que devem ser armazenadas sobre cada caso, evitando-se que sejam feitas idas e vindas ao documento (essa é uma prática muito útil quando se trabalha com muitos documentos). Uma terceira opção é utilizar ambas as técnicas para otimizar o resultado.

A fim de ilustrar tanto o processo de pesquisa e seleção por meio dessas ferramentas do TSE quanto as formas de tratamento desses documentos para se extrair as respostas almejadas, apresenta-se, no próximo tópico, breves indicativos da pesquisa que foi realizada pelo GEPI e que é base para a formulação do presente manual.

# **III – O manual aplicado**

Como apresentando no tópico I, o objetivo da pesquisa é verificar de que maneira a Justiça Eleitoral regula a liberdade de expressão na internet. Assim, são relevantes para a pesquisa todos os casos nos quais haja discussão sobre os limites da liberdade de expressão, o que se constata por meio do julgamento de pedidos de imposição de sanções a manifestações que tenham ocorrido na internet.

Critério geral de filtragem: **acórdãos** que discutam retirada de conteúdo, multa ou direito de resposta, relativos a conteúdo eleitoral, publicado na internet, referente às eleições de 2014[[9]](#footnote-9).

Para a escolha dos termos foram feitos testes preliminares e analisado o Tesauro do TSE[[10]](#footnote-10): (i) Internet; (ii) Sítio; (iii) Rede Social.

Essas pesquisas foram realizadas tanto no ITAR quanto no SJUR. Após a coleta, chegou-se a um total de 1179 documentos. A coleta foi feita baixando-se os acórdãos em PDF para uma pasta própria do projeto de pesquisa.

Destaca-se, como apresentado no tópico anterior, que há probabilidade de que SJUR esteja contido em ITAR, uma vez que este não possui seleção em sua disponibilização. Dessa forma, diversos casos voltaram repetidos por já terem sido coletados em umas das bases antes da outra (ou no ITAR ou no SJUR). Esses casos foram eliminados, evitando-se a duplicidade.

Ainda dentre esse número total de documentos, muitos não faziam parte, realmente, da pesquisa, por não estarem dentro dos nossos critérios de seleção, mas, mesmo assim, retornaram durante a busca pelo sítio.

Realizou-se, diante disso, um processo de filtragem, no qual foi realizada de acordo com critérios desenvolvidos em duas etapas[[11]](#footnote-11).

A partir do critério geral de filtragem, desenvolveu-se um método de separação dos documentos coletados em três pastas: "Excluídos", "Filtrados" e "Dúvida".

Em “Excluídos” foram colocados os acórdãos que não eram pertinentes à pesquisa. Em “Filtrados” foram incluídos os acórdãos pertinentes à pesquisa. Em “Dúvida” foram colocados os acórdãos sobre os quais havia dúvida sobre como deveriam ser classificados.

Na pasta “Excluídos” foram criadas cinco subpastas: “Eleições 2012”, “Veículo Diverso”, “Resoluções”, “Repetidos” e “Outros”. Na pasta “Eleições 2012” foram colocados os acórdãos que se referiam a essas eleições, excluídos da pesquisa por critério temporal. Na pasta “Veículo diverso” foram colocados os acórdãos em que o conteúdo objeto da disputa foi divulgado exclusivamente em outro meio que não a internet (se pelo menos um meio de divulgação fosse a internet, o acórdão era considerado relevante). Na pasta “Resoluções” foram colocados os documentos que continham resoluções normativas e não decisões judiciais, acidentalmente obtidos durante o procedimento de coleta. Na pasta “Repetidos” foram colocados os documentos repetidos, acidentalmente obtidos durante o procedimento de coleta. Na pasta “Outros” foram colocados o restante dos arquivos, que discutiam temas não pertinentes à pesquisa.

Na pasta “Filtrados” foram criadas duas subpastas, “Julgamento”, “Referência”. Na pasta “Julgamento” foram colocados os acórdãos em que há efetivo julgamento dos pedidos de retirada de conteúdo, multa ou direito de resposta, identificado pelo fato de constar do dispositivo. Na pasta “Referência” foram colocados os acórdãos em que apenas havia referência a retirada de conteúdo, multa ou direito de resposta no relatório ou no voto, mas sem haver julgamento, não constando do dispositivo.

Para fins de realização de estimativa prévia da quantidade dos tipos de julgados, a subpasta “Julgamento” foi subdividida em “Direito de Resposta”, “Multa”, “Retirada”, “Multa e Retirada”. Na pasta “Direito de Resposta” foram colocados os acórdãos que julgavam pedidos de direito de resposta. Na pasta “Multa” foram colocados os acórdãos que julgavam apenas pedidos de aplicação de multa. Na pasta “Retirada” foram colocados os acórdãos que julgavam apenas pedidos de retirada de conteúdo. Na pasta “Multa e Retirada” foram colocados os acórdãos que julgavam pedidos de aplicação de multa e de retirada de conteúdo, julgados conjuntamente.

Por fim, durante a filtragem foram encontrados arquivos corrompidos, que não podiam ser abertos pelo computador, mesmo após serem baixados novamente das bases eletrônicas dos Tribunais Eleitorais. Tais arquivos foram colocados em uma quarta pasta denominada “Danificados”.

A estrutura consolidada de classificação dos documentos filtrados ficou assim:

Os resultados da filtragem, em números, são apresentados a seguir:

**• Excluídos: 590**

- Eleições 2012: 230

- Veículo Diverso: 46

- Resoluções: 31

- Repetidos: 7

- Outros: 276

**• Filtrados: 546**

- Julgamento: 529

- Direito de Resposta: 35

- Multa: 174

- Retirada: 142

- Multa e Retirada: 178

- Referência: 17

**• Dúvida: 34**

**• Danificados: 2**

Diante desses dados, realizou-se a tabulação das informações que buscávamos nos documentos. O nosso documento ficou relativamente grande, contando com 484 linhas e 245 colunas em arquivo Excel, uma vez que buscamos preencher e extrair o máximo de informações possíveis para responder à nossa pergunta de pesquisa.

Essa tabulação e codificação foi realizada por diversos pesquisadores, portando foi necessário o desenvolvimento de técnica de gestão de processos que permitisse que análises subjetivas fossem reduzidas e aproximadas a uma análise mais homogênea possível, entre todos os pesquisadores.

Realizou-se, diante disso, um manual de preenchimento com indicativos do passo-a-passo na leitura, análise e preenchimento de informações para a pesquisa.

Ainda, a fim de minimizar a subjetividade, dois pesquisadores ficaram responsáveis por realizar, apenas, a revisão da análise e preenchimento de informações. Isso tornou a pesquisa mais unificada e com maior precisão analítica.

Outro método de análise desenvolvido, que pode contribuir a outras pesquisas, foi o Caderno de Observações, em qual o pesquisador responsável pela análise preenchia com eventuais dúvidas ou observações a serem compartilhadas com os demais e os pesquisadores revisores respondiam a essas demandas, a fim de padronizar a análise dos casos. O caderno foi estruturado da seguinte forma:

|  |  |
| --- | --- |
| 1 – Gerais: | Observações gerais sobre o andamento da pesquisa, preenchidas livremente, a critério do pesquisador. |
| 2 –Processos: | Observações específicas sobre o preenchimento da Base de Dados em relação a um processo. A referência ao processo deverá ser feita pelo número do processo. Quando a observação se referir a um documento específico (liminar, sentença, acórdão), este deverá ser indicado. |
| 3 – Dentro de processos: | **Observação livre:** Anotação acerca do processo que não se enquadre em nenhuma das categorias seguintes, como, por exemplo, o resumo de um caso interessante ou a indicação de algum fato peculiar.  **Relevância Jurisprudencial:** Indicar que o processo é relevante para a compreensão da jurisprudência em futura análise qualitativa. Essa indicação deve ser justificada e realizada apenas quando a discussão acerca de um tópico é realizada de maneira aprofundada.  **Insuficiências ou Problemas da Planilha**: Sempre que não houver células suficientes para todas as ocorrências de uma variável em um processo (e.g. mais réus do que a planilha permite preencher), consignando-se os dados que não puderam ser inseridos no Banco. Se houver algum problema operacional (e.g. células que não estão preenchendo, listas que não aparecem), também deve ser anotado aqui, indicando-se a célula (linha e coluna, seja por número, seja por nome da variável).  **Dúvidas:** Dúvidas sobre o preenchimento, acompanhadas de explicação necessária para que ela possa ser compreendida por quem não leu o processo. A resposta à dúvida deverá ser registrada no Caderno de Observações, após ser recebida dos coordenadores.  **Eventos Não Antecipados:** Ocorrência de evento não antecipado que, a critério do pesquisador, seja potencialmente relevante. Caso haja dúvida se o evento é potencialmente relevante para a pesquisa ou deve ser ignorado, recomenda-se anotá-lo. A resposta sobre o tratamento que deverá ser dado ao evento deverá ser registrada no Caderno de Observações, após ser recebida dos coordenadores.  **Eventos Relevantes, mas Não Classificados**: Ocorrência de “Eventos Relevantes, mas Não Classificados”, listados no “Relatório de Variáveis de Análise”.  **Impossibilidade de Preenchimento:** Justificativa para ter-se deixado de preencher alguma célula. Não há obrigatoriedade de justificativa, mas o campo estará presente para quando o pesquisador entender conveniente.  **Exclusão da Análise:** Caso o pesquisador entenda que o acórdão deve ser excluído da análise da pesquisa (e.g. por se tratar das eleições de 2012). |

Segue exemplo hipotético de preenchimento do caderno de observações:

**Linha 497 – Processo 0000666-17.2014.6.16.0000**

- O caso trata de vídeo do Porta dos Fundos. Pode ser interessante mencionar no relatório da pesquisa.

- Relevância Jurisprudencial: O caso me parece relevante para compreender a necessidade ou não de identificação da URL para fins de retirada de publicação. A discussão é realizada de maneira aprofundada entre os juízes.

- Insuficiências ou Problemas da Planilha: Não houve espaço para o 6ª Réu, Mário da Silva Sauro. A formatação da data da Linha 497, Coluna Data\_Aco\_Julg está em formato americano.

- Dúvidas: Não está claro o fundamento que o juiz utilizou para a retirada, pois ele não cita dispositivos em sua decisão. O trecho relevante é (...)

- Eventos Não Antecipados: O fundamento para a multa é o Art. 378-X do Código Eleitoral, que não consta como opção. Sugere-se a inclusão da categoria em “Fundamento Multa”.

- Eventos Relevantes, mas Não Classificados: Houve “Astreintes para não cumprimento de direito de resposta” e “Parte incluída no curso do processo”

- Impossibilidade de Preenchimento: Não foi preenchido prazo para direito de resposta (Aco\_Unid\_Tempo e Aco\_Quant\_Tempo) porque não há referência a respeito no acórdão, apesar de o direito de resposta ter sido deferido.

A nossa pesquisa foi de longo prazo e, portanto, possui diversas sistematizações que podem ser úteis para outros pesquisadores, mas que não serão informadas neste manual, por este ter apenas finalidade educativa e ilustrativa para a realização de pesquisa documental nos tribunais eleitorais, mais especificamente por meio do sítio do TSE.

Contudo, àqueles que tenham interesse, disponibilizaremos o relatório de nossa pesquisa em nosso sítio eletrônico.

1. Ver informações disponíveis no sítio do TSE. [↑](#footnote-ref-1)
2. <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/pesquisa-de-jurisprudencia/perguntas-frequentes>, último acesso em [•]~. [↑](#footnote-ref-2)
3. Indicamos as funcionalidades com o objetivo deste espaço é apresentar o sítio do TSE com as funcionalidades que esse afirma existir, porém não realizamos testes para verificar sua funcionalidade plena. [↑](#footnote-ref-3)
4. Por exemplo: Ementa, Catálogo, referência legislativa etc. [↑](#footnote-ref-4)
5. Os bancos digitais de jurisprudência costumam ser incompletos, seja pela data de sua criação (deixando decisões mais antigas fora do banco de dados), seja por falha ou ausência de regras no abastecimento desses bancos de dados. [↑](#footnote-ref-5)
6. Ver informações no sítio do TSE. [↑](#footnote-ref-6)
7. Caso clicar encima do nome do processo, abrirá uma página indicando a ementa e a decisão, mas o inteiro teor apenas fica acessível se baixar. [↑](#footnote-ref-7)
8. Ver nota de rodapé número 6. [↑](#footnote-ref-8)
9. A partir da leitura da legislação (Lei 9.504/1997) e dos acórdãos coletados, identificaram-se três tipos de sanção que servem para limitar a liberdade de expressão: (i) retirada de conteúdo; (ii) multa; e (iii) direito de resposta. A retirada de conteúdo claramente se constitui em limite para a liberdade de expressão, por eliminar a manifestação do indivíduo da rede. A multa, por sua vez, dissuade certos tipos de manifestação. Finalmente, o direito de resposta por propaganda eleitoral na internet também pode ser visto como uma sanção em sentido amplo, por ser a consequência jurídica de uma conduta avaliada como negativa pela legislação. Além disso, o direito de resposta apresenta características punitivas, por determinar que a resposta fique disponível por pelo menos o dobro do tempo em que ficou disponível a mensagem ofensiva (Art. 58, § 3º, IV, b), Lei 9.504/1997), sendo que os custos correrão por conta do ofensor (Art. 58, § 3º, IV, c), Lei 9.504/1997). [↑](#footnote-ref-9)
10. O Tesauro “é uma lista estruturada (formato PDF) de termos associados, empregada para descrever um documento de forma específica e com controle de vocabulário. Os termos do thesaurus são utilizados na indexação de acórdãos e resoluções, de forma a facilitar a recuperação das informações jurisprudenciais, bem como permitir a rápida compreensão do inteiro teor das decisões” (TSE, 2016). [↑](#footnote-ref-10)
11. Primeiro, elaborou-se um critério bastante geral para fins de realização de testes preliminares. Após a leitura preliminar de 60 acórdãos por quatro pesquisadores, foram elaborados critérios mais específicos e regras adicionais. Critério geral de filtragem: Acórdãos que discutam retirada de conteúdo, multa ou direito de resposta, relativos a conteúdo eleitoral, publicado na internet, referente às eleições de 2014. Critérios específicos: Hierarquização da exclusão; Hierarquização da filtragem; Recursos não conhecidos; Impossibilidade de Verificação do Mérito no Acórdão. Para verificação desses critérios de maneira específica, vide o relatório final de pesquisa. [↑](#footnote-ref-11)